

## OECD ENVIRONMENTAL STRATEGY : 2004 REVIEW OF PROGRESS

Summary in Portuguese

---

### Política Ambiental da OCDE : Avaliação da Progressão em 2004

Sumário em Português

*A Estratégia Ambiental da OCDE foi adotada em 2001 por 21 países da OCDE.*

A *Estratégia Ambiental da OCDE para a Primeira Década do século XXI* foi adotada pelos Ministros do Meio Ambiente da OCDE em 16 de maio de 2001, e endossada na Reunião do Conselho Ministerial da OCDE em 17 de maio de 2001. Define cinco objetivos estreitamente interligados para melhorar os custos e a operacionalidade das políticas ambientais no contexto do desenvolvimento sustentável. Os países da OCDE identificaram os principais desafios levantados por estes objetivos, listaram 71 ações nacionais para abordar estes desafios, e pediram a ajuda da OCDE para empreender trabalho suplementar numa série de áreas. As principais questões levantadas na *Estratégia* são identificadas na *Perspectiva Ambiental da OCDE* de 2001 como sendo problemas ambientais que precisam ser abordados com mais urgência para se atingir o objetivo de longo prazo, que consiste em assegurar a sustentabilidade ambiental.

*Será preciso uma política de bem maior alcance para promover sua implementação integral.*

Este relatório fornece uma revisão da progressão inicial na implementação da *Estratégia Ambiental da OCDE*. De modo geral, estima-se que os países tiveram um bom início em algumas áreas, mas será preciso adotar medidas muito mais ambiciosas para que a *Estratégia* possa ser totalmente implementada em 2010. As políticas atuais são insuficientes para proteger adequadamente a biodiversidade ou abordar a questão da mudança do clima, e a distinção entre as pressões ambientais e o crescimento econômico em setores chaves está ocorrendo muito lentamente. Alguns obstáculos para a reforma da política ambiental estão identificados no relatório – incluindo-se também obstáculos políticos, tal como a baixa integração política, e a informação inadequada – e precisam

ser enfrentados. Os Ministros do Meio Ambiente da OCDE terão de trabalhar cada vez mais com colegas de outros Ministérios, de outros países, e com parceiros das empresas e da sociedade civil para garantir o desenvolvimento e a implementação de políticas ambientais apropriadas.

***Objetivo 1 :***  
*preservar a*  
*integridade do*  
*ecossistema.*

O primeiro Objetivo da *Estratégia Ambiental da OCDE* enfatiza a preservação da integridade de ecossistemas através da gestão eficiente dos recursos naturais. Destaca três setores a serem tratados prioritariamente : mudanças climáticas, água doce e biodiversidade.

Embora as emissões de gases de efeito estufa (GHG) continuem aumentando em muitos países da OCDE, vários países diminuíram a intensidade-GHG de seu crescimento econômico. Muitos estabeleceram parceria com o setor privado e com outros países para criar sinergias, desenvolvendo ferramentas e novas tecnologias para tratar das mudanças climáticas. Cerca da metade dos governos da OCDE já instituíram taxas de carbono ou de energia, igual número de empresas iniciou uma abordagem formal e voluntária da indústria para tratar das mudanças climáticas, e as cotas negociáveis de poluição estão ganhando importância.

*Serão necessárias*  
*políticas adicionais*  
*para os países da*  
*OCDE alcançarem*  
*seus objetivos*  
*climáticos existentes*  
*e se adaptarem à*  
*futura mudança do*  
*clima.*

No entanto, é óbvio que serão necessárias medidas adicionais para se poder alcançar os objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, sem falar das metas acordadas pela maioria dos países da OCDE no Protocolo de Quioto. Embora as cotas negociáveis de poluição, as taxas relacionadas com o carbono e os mecanismos projetados de flexibilização estejam apenas começando a serem introduzidos nos países da OCDE, eles vão se tornar componentes cada vez mais relevantes das futuras políticas mistas para abordar as mudanças climáticas de modo a manter os custos em nível aceitável. Já que se esperam impactos significativos das mudanças climáticas nas próximas décadas, e a despeito do compromisso atual para diminuir os GHG, vão ser necessários esforços por parte dos países da OCDE visando a adaptação para as mudanças climáticas no âmbito das políticas domésticas e dos programas de auxílio ao desenvolvimento.

*Os países da OCDE*  
*progrediram na*

A maioria dos países da OCDE tem capacidade de gerenciar seus recursos de água doce para garantir o abastecimento de acordo com as necessidades humanas, inclusive pela ampliação do uso de mecanismos de tarifação da água para atender à demanda. Também têm dado mais atenção aos problemas sociais relacionados ao acesso e à disponibilidade dos serviços de água para as famílias de baixa renda. Um desafio ainda maior consiste na concepção e implementação de políticas de gerenciamento da água que melhor

*gestão da demanda de água, ao mesmo tempo que abordaram problemas de acesso e disponibilidade dos serviços de água.*

revelam as necessidades do ecossistema em água doce bem como as necessidades humanas. Os países da OCDE estão empenhados em desenvolver programas integrados de gerenciamento dos recursos de água em 2005, mas precisarão alocar recursos substanciais para assegurar sua correta implementação. Embora muitos países comprovem o uso sustentável dos recursos de água nacionalmente, isto pode encobrir o uso insustentável em algumas regiões (por exemplo, em regiões áridas ou semi-áridas) durante alguns períodos.

As áreas aquáticas mais poluídas foram despoluídas nos países da OCDE, e os pontos de descarga na superfície da água foram significativamente reduzidos, particularmente os provenientes dos sistemas industriais e urbanos de águas usadas. No entanto, houve menores progressos na resolução do problema da poluição decorrente das águas de escoamento da agricultura e de outras fontes difusas. A maioria dos países da OCDE ainda não alcança os padrões básicos de qualidade no que se refere às águas interiores (possibilidade de pesca e banho). Além do mais, há uma tendência na maioria dos países da OCDE de uma queda da qualidade dos lençóis aquáticos, especialmente em razão do alto nível de pesticidas e nitratos e, em certos países, da salinização.

As zonas de proteção ambiental criadas para se atingir objetivos relacionados com a biodiversidade abrangem 14,6 % da superfície total das terras nos países da OCDE, e houve algum progresso com a criação de redes ecológicas e corredores para interligar as zonas de proteção ambiental. O gerenciamento das zonas de proteção ambiental precisa ser consideravelmente aprimorado, contudo é necessário criar urgentemente mais zonas marinhas protegidas. Não se fez o suficiente para reduzir a perda de habitat e a fragmentação fora das zonas de proteção ambiental ou para aplicar a abordagem do ecossistema ao gerenciamento dos recursos naturais, revelando-se a falta de integração das preocupações com a biodiversidade nas políticas setoriais (por exemplo na agricultura, pesca, silvicultura, turismo). A percentagem de espécies conhecidas ameaçadas continua aumentando, e indicadores do número total de vertebrados em estado selvagem continuam registrando declínio. Embora tenham entrado em vigor, nesses últimos anos, dois dos acordos internacionais para apoiar o gerenciamento sustentável do setor pesqueiro, ainda é muito cedo para que sua implementação possa inverter a tendência crescente de superexploração dos estoques pesqueiros.

Os países da OCDE utilizam um vasto conjunto de ferramentas políticas para incentivar o uso e a conservação sustentáveis da biodiversidade, embora as despesas totais (públicas e privadas) para

*A perda de biodiversidade fora das zonas de proteção ambiental continua, e recursos comuns tais como estoques de peixes estão sendo superexplorados.*

a proteção da natureza ainda sejam limitadas. A utilização de ferramentas nas condições do mercado (tributos, encargos, taxas ambientais) para promover o uso sustentável da biodiversidade está crescendo, bem como a aplicação de direitos de propriedade bem definidos, tal como o uso de cota individual transferível no setor pesqueiro e os direitos de desenvolvimento para conservar as zonas aquáticas.

**Objetivo 2 :**  
*diferenciar as pressões ambientais do crescimento econômico.*

O segundo Objetivo da *Estratégia Ambiental da OCDE* enfatiza a necessidade de distinguir as pressões ambientais do crescimento econômico no âmbito do trabalho dirigido ao consumo sustentável e às normas de produção. Dá ênfase a setores prioritários como a agricultura, a energia e os transportes.

*É preciso acelerar os esforços de eliminação ou reforma dos subsídios à agricultura nociva para o ambiente.*

Houve um certo progresso na redução das pressões ambientais adversas provenientes da agricultura, embora seja preciso fazer muito mais. A utilização da terra e a erosão do solo decresceram, as reduções de longo prazo na biodiversidade da exploração agrícola se desaceleraram, e houve uma certa diminuição da emissão de gases de efeito estufa. Entretanto, o gasto de água na agricultura aumentou, e os níveis de fertilizantes e pesticidas utilizados permanece alto em numerosos países. Muitos países da OCDE trataram do impacto ambiental da agricultura através da utilização crescente de medidas agro-ambientais e de requisitos de ecocondicionalidade, segundo os quais os agricultores devem atender às condições ambientais para ter direito a suportes. No entanto, as subvenções relativas ao preço de mercado, as rendas de produção e os subsídios iniciais – o tipo de subsídio potencialmente mais nocivo ao meio ambiente – ainda representam 80 % das subvenções agrícolas totais.

A evolução positiva foi a criação, em todos os países da OCDE, de um sistema de controle regulamentar para abordar os impactos potenciais dos organismos geneticamente modificados no ambiente e na saúde.

*Foi reduzida significativamente a poluição atmosférica, mas serão necessárias políticas mais consistentes para*

As consequências no ambiente e na saúde, associadas com alguns dos principais poluentes atmosféricos devidos ao transporte, decresceram por um tempo nos países da OCDE. As emissões mais poluentes permanecem elevadas, porém, e as normas limites relativas à qualidade atmosférica, assim como os níveis críticos de acidificação, eutrofização e ozônio troposférico, continuam sendo ultrapassados. O progresso na redução do ruído, a prevenção da fragmentação do habitat, e a diminuição do escoamento proveniente do transporte estão ocorrendo mais devagar, em razão da expansão contínua da rede rodoviária e da atividade global de transporte, enquanto as emissões de dióxido de carbono continuam crescendo.

*resolver a congestão urbana e atender às normas de qualidade atmosférica.*

Programas regulamentares para alcançar os objetivos de qualidade atmosférica foram estabelecidos até 2008 em todas as regiões da OCDE, com fundamento na melhor tecnologia de controle disponível. Muitos países reformaram seus sistemas de taxas e encargos de transporte para melhor visar os efeitos externos no ambiente e a congestão, e estimular a adoção de modos de transporte que menos prejudiquem o ambiente ; alguns introduziram ou desenvolveram sistemas de bondes e transportes urbanos elétricos, e aumentaram a capacidade de transporte elétrico de passageiros dentro da cidade para incentivar a maior utilização do transporte público. Somente alguns países introduziram políticas objetivando a diminuição da tendência para a extensão urbana e os impactos ambientais decorrentes. Em termos de redução dos riscos ambientais gerados pelo transporte marítimo, um plano de ação para combater os navios não conformes às normas foi acordado pelos países da OCDE em 2001 ; e na Europa, foi acordado em 2003 um programa acelerado de eliminação progressiva dos petroleiros de casco simples. Até que este plano se torne totalmente operacional, porém, a poluição marítima devida ao petróleo e às matérias perigosas continua representando um risco. Os impactos ambientais causados pelo rápido aumento do transporte aéreo também precisam ser abordados urgentemente, o transporte aéreo já sendo responsável por cerca de 11% do consumo de energia ligado ao transporte. É necessário aprimorar a integração do programa de transporte urbano, bem como a utilização da avaliação estratégica ambiental no programa de transporte.

*A eficiência energética está crescendo, mas a melhor tarifação e o desenvolvimento mais rápido de novas tecnologias poderiam reduzir significativamente os impactos ambientais do consumo energético.*

A eficiência do consumo de energia industrial, comercial e doméstica melhorou como resultado das mudanças tecnológicas, encorajada pela combinação de vantagens de preço e pelos métodos voluntários de regulamentação dirigidos à construção, ao eletrodoméstico e aos motores elétricos. No entanto, grande parte do potencial de melhoria adicional na eficiência energética permanece inexplorado, incluindo até opções de baixo custo ou custo zero. Por exemplo, o consumo de energia, resultante em particular dos consumidores de produtos eletrônicos, ainda não foi regulamentado na maioria dos países da OCDE.

No que diz respeito à produção e transformação de energia, as forças do mercado e a reforma regulamentar promoveram a substituição do carvão pelo gás como combustível em muitos países da OCDE, resultando em benefícios ambientais. As políticas fiscais, a introdução de compensação tarifária, a certificação da comercialização de energia renovável, bem como outras políticas, levaram ao rápido desenvolvimento de fontes de energia renovável e à maior utilização de sistemas de produção combinada de calor e

energia. Essas evoluções reduziram a intensidade de carbono na produção energética e continuaram diminuindo as emissões de dióxido de enxofre, um caso particular, e de outros poluentes em suspensão no ar. Além do mais, muitas iniciativas de pesquisa recentes foram lançadas sobre a viabilidade e a relação custo/eficiência da extração e armazenamento de carbono. A combinação de mudanças estruturais e de melhorias na eficiência energética levou a estabelecer distinção entre a utilização de energia e o crescimento econômico. Melhorias adicionais parecem pouco prováveis, porém, se não forem acompanhadas de políticas e medidas mais ambiciosas, inclusive da maior internalização dos custos ambientais nos preços da energia e da mais rápida difusão de tecnologias mais limpas.

**Objetivo 3:**  
*melhorar a  
informação para as  
tomadas de decisão.*

O terceiro Objetivo da *Estratégia Ambiental da OCDE* destaca a necessidade de melhorar a informação para as tomadas de decisão, inclusive através do uso de indicadores para medir o progresso. Num esforço para promover a responsabilização, muitos países da OCDE produzem pequenos conjuntos de indicadores sumários concebidos pelo seu valor comunicativo, e alguns empreenderam exercícios sob as perspectivas ambientais. O número de países que realiza um trabalho de coleta e difusão de dados ambientais está crescendo, bem como o seu alcance temático. Os êxitos incluem a compilação regular dos inventários de emissões atmosféricas e a implementação de soltura operacional de poluentes e registros de transferência (PRTRs) em cerca da metade de todos os países da OCDE. Tecnologias eficientes e bases-Web estão sendo cada vez mais utilizadas para elaborar relatórios e compartilhar informações sobre o ambiente. A avaliação do impacto, os estudos de rentabilidade e as análises custos/benefícios também estão se tornando mais preponderantes. Foram concluídos acordos para, num futuro próximo, estender a alguns países não membros da OCDE a metodologia de balanço das performances ambientais da OCDE.

*A melhor coleta e  
disseminação de  
informação  
ambiental está  
contribuindo para o  
aumento da  
transparência e da  
responsabilização  
na formulação de  
políticas.*

No entanto, a alta qualidade, os dados relativos à estratégia e os detalhes por setor permanecem escassos em áreas importantes tal como a biodiversidade, os aspectos econômicos da performance ambiental, e os riscos ligados à contaminação tóxica. A oportunidade dos dados, bem como a possibilidade de compará-los entre países ao longo do tempo, ainda precisam ser consideravelmente melhoradas. Numerosos países também acham cada vez mais difícil atender à crescente demanda de informações ambientais, ao mesmo tempo que mantêm continuidade nas atividades principais ligadas aos dados.



**Objetivo 4:** *Abordar a interface socio-ambiental.*

*Os países da OCDE estão trabalhando para tratar dos riscos ambientais e de saúde ligados à produção e ao uso de produtos químicos*

O quarto Objetivo da *Estratégia Ambiental da OCDE* evidencia a necessidade de tratar da interface social e ambiental. Os países da OCDE continuaram sua progressão neste campo, por exemplo, através do trabalho sobre o Sistema Harmonizado Mundial de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos, do teste e da avaliação dos causadores de distúrbios endócrinos, do desenvolvimento e da revisão de diretrizes para os produtos químicos, e da prevenção de riscos ligados aos principais acidentes. Os países da OCDE aceleraram o processo de teste e avaliação do alto volume de produção química. A Convenção de Roterdão sobre o Acordo de Prévia Informação e Conhecimento (PIC) para o comércio de produtos químicos entrará em vigor em fevereiro de 2004, e a Convenção de Estocolmo sobre o Poluente Orgânico Persistente (POP) entrará em vigor em maio de 2004. Alguns países introduziram medidas para limitar a exposição de grupos particularmente vulneráveis aos produtos químicos perigosos e à poluição atmosférica.

Alguns países da OCDE empregaram parte da receita das taxas ambientais para reduzir os custos salariais, embora os efeitos no emprego desta maneira de abordar o "duplo dividendo" precise ser avaliada. A maioria dos países da OCDE utilizou um leque de medidas, incluindo ajustes tarifários, renda de investimento direto, e cheque serviço, para garantir o acesso e a disponibilidade dos serviços de água, energia e eliminação de resíduos para as famílias de baixa renda, enquanto mantendo incentivos para melhorias ambientais. A maioria dos países da OCDE progrediu no que se refere à informação, participação, acesso à justiça para as questões ambientais, e educação ambiental. O acesso à informação ambiental foi, porém, desigual, quando implementado por ministérios outros que os do meio ambiente ou por órgãos semi-públicos.

**Objetivo 5:** *melhorar a governança e a cooperação ambientais internacionais.*

*A mobilização de recursos é insuficiente para*

O quinto Objetivo da *Estratégia Ambiental da OCDE* enfatiza a necessidade de melhorar a governança e a cooperação à luz da interdependência ambiental mundial. A governança ambiental internacional foi fortalecida pela entrada em vigor de alguns acordos ambientais multilaterais (MEA). Os países da OCDE ratificaram um número ainda superior de convenções ambientais, nem todas tendo entrado em vigor. Também foram propulsores de medidas para reforçar os mecanismos de controle ou avaliação de numerosas convenções existentes, e para melhorar a cooperação entre os secretariados de MEA. Os acordos econômicos também abrangem cada vez mais elementos ambientais – por exemplo os acordos regionais e bilaterais sobre o investimento e o comércio, e a Declaração dos Ministros da OMC em 2001 (Agenda de Desenvolvimento de Doha). Entretanto, foi pequeno o progresso

*cumprir os objetivos acordados internacionalmente, tal como o acesso à água e à higiene.*

Desenvolvimento de Doha). Entretanto, foi pequeno o progresso obtido na ratificação de alguns acordos internacionais sobre a responsabilidade pelos danos ambientais.

Os países membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da OCDE disponibilizaram uns 50-55 bilhões de USD anuais sob forma de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) desde 1998, com 5-6 bilhões de USD destinados às atividades relativas ao ambiente. Os membros da DAC também estão trabalhando sobre as respostas essenciais às preocupações ambientais, tal como a mudança do clima no âmbito de sua atividade principal de assistência ao desenvolvimento. Apesar do acréscimo no investimento estrangeiro direto, a mobilização de recursos está hoje em dia insuficiente para atingir as metas acordadas internacionalmente tal como o compromisso de Joanesburgo sobre o acesso à água potável e à higiene.

Os países da OCDE acordaram em 2003 sobre abordagens comuns para incorporar as considerações ambientais à concessão de créditos à exportação. Desde então, numerosos países da OCDE consolidaram os requisitos de avaliação dos impactos ambientais para os projetos beneficiando de garantias de crédito, e tomaram outras medidas para assegurar transparência na integração de objetivos ambientais ao planejamento de projeto e às decisões de financiamento. Também promoveram a implementação de linhas diretrizes da OCDE destinadas a empresas multinacionais, incluindo os componentes ambientais. A prática da implementação de sistemas de gerenciamento ambiental assim como da publicação de relatórios ambientais aumentou dentre o setor empresarial dos países da OCDE, embora poucas companhias se comprometam na contabilização sistemática dos custos ambientais, e ainda menos utilizem a certificação de um terceiro para seus relatórios.

#### ***Trabalho adicional da OCDE :***

*A OCDE continuará apoiando a implementação da Estratégia Ambiental da OCDE por parte dos países.*

Obteve-se um progresso relativo na implementação da maioria das Ações Nacionais listadas na *Estratégia Ambiental da OCDE*, mas medidas adicionais serão necessárias para que tudo seja cumprido em 2010. Ainda há inúmeros obstáculos à reforma política, inclusive a necessidade de melhor integrar as preocupações ambientais nas políticas econômicas e setoriais, de abordar o receio da perda de competitividade ou de impactos sociais, de melhorar o conhecimento científico e de coletar informações ambientais confiáveis e comparáveis. A OCDE continuará apoiando os países membros que implementem a *Estratégia Ambiental da OCDE*, graças ao trabalho analítico sobre a maneira de superar esses obstáculos, e ao monitoramento do progresso nos países através de indicadores ambientais e de avaliação nacionais das suas performances ambientais



Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE publicada originalmente em Inglês e Francês. Encontram-se livremente disponíveis na Livraria virtual da OCDE : [www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/).

### ***Procurando sumários multilingües ?***

#### ***Busca por título***

Se conhecer o título do livro que está procurando, digite o título em Inglês no sítio de busca da Livraria virtual e navegue na página. Todas as traduções disponíveis são registradas na página.

#### ***Busca por Língua***

Selecione uma língua no sítio de busca avançada da Livraria virtual para obter a lista das traduções multilingües.

### ***Perguntas ou Comentários ?***

Entre em contao com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

e-mail : [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org)

Fax : +33 1 45 24 13 91

Endereço : OECD Rights and Translation unit (PAC)  
2, rue André-Pascal  
75775 Paris cedex 16 França

Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights/](http://www.oecd.org/rights/)

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**



© OECD, 2004

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.